



# GUIA DE LEIS BNEI NOACH

Rabino Yitzchak Assayag

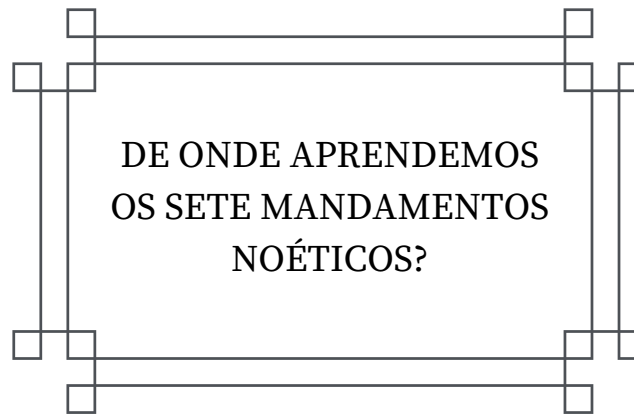


Com ajuda dos Céus, nós agradecemos o Sagrado, Bendito seja, cuja misericórdia nos permitiu conhecer e estudar o livro *Toledot Noach do Rabino Eliahu Brácha*, **Guia de Leis para Bnei Noach**, que eu particularmente identifico como o Bet Yosef das nações, pois o Bet Yosef contempla desde os primeiros legisladores na Guemará até a conclusão final da Lei Judaica, pavimentando um caminho de iluminação à respeito da vontade do Sagrado, bendito seja, para o povo de Israel, porém, estas leis são sobre o comportamento que os filhos de Israel precisam ter para cumprir com Torá e mitzvot e não contemplam as mitzvot para Bnei Noach. Agora, com ajuda dos Céus e sob a supervisão da misericórdia de Hashem, o livro *Toledot Noach* reúne todos os cálculos dos antigos Sábios da época da Mishná e da Guemará, dos primeiros e últimos legisladores, edificando a estrutura da sabedoria dos mandamentos noéticos para iluminar o caminho dos filhos de Noach em todas as gerações com um Guia de Leis conclusivo.

Este livro vem em boa hora, para um ano bom e doce! É sabido que o filho de Noach no Brasil não tem orientação sobre a conclusão final da Lei Judaica para o seu comportamento em diversas situações. Em um local onde 60% das pessoas são católicas e 30% são evangélicos, este livro tem como propósito a edificação de uma Arca para os filhos de Noach, por meio do qual eles consigam trilhar os caminhos de Hashem mesmo envolvidos por crenças estranhas de todos os lados. Nossos rabinos ensinaram (Talmud, Tratado de Avodah Zarah, folha 19a): “A pessoa não estuda Torá, senão do local que seu coração deseja.” – E de fato existe uma grande necessidade na geração que vivemos, nos calcanhares da Redenção, quando muitos dos meus alunos me pedem para elucidar os tópicos relacionados ao cotidiano dos filhos de Noach e qual é a conclusão final da Lei Judaica sobre diferentes temas, e este livro, com ajuda dos Céus, deve responder todas as dúvidas dos filhos de Noach. E por essa razão que o projeto **Minha Vida Ortodoxa** dedicou-se para traduzir e explicar cada uma de suas leis na língua portuguesa para indivíduos isolados e/ou comunidades noéticas que desejam andar nos caminhos de Hashem e orientar-se corretamente em todas as situações.

O Talmud, Tratado de Ievamot, folha 121b, relata quando Rabi Akiva quase se afogou e Raban Gamliel perguntou para ele o que o salvou, e ele respondeu: ‘Uma *daf* (“tábua”) do meu barco foi o que me salvou’ – ‘Daf’ também significa folha, uma indicação que muitas vezes o que pode salvar a pessoa de afogar-se no Dilúvio é uma folha da Guemará, uma pequena porção de estudos faz toda a diferença entre a vida e a morte, inclusive aos filhos de Noach que tem em cada *daf* deste livro um caminho pavimentado e conclusivo para o cotidiano em todas as situações.

Rabino Yitzchak Assayag



§ 1º. **DE ONDE APRENDEMOS OS SETE MANDAMENTOS NOÉTICOS?** Nossos rabinos ensinaram (Talmud, Tratado de Sanhedrin, 56a): “Sete mandamentos foram ordenados aos filhos de Noach: [1] Estabelecer Tribunais; [2] Não profanar o Nome; [3] Não fazer idolatria; [4] Não ter relações proibidas; [5] Não causar derramamento de sangue; [6] Não roubar; [7] Não comer partes de um animal vivo.” - E disseram lá (ibid. 56b): “De onde aprendemos isso? E disse Rabi Yochanan: ‘Todos estes mandamentos nós aprendemos do versículo (Bereshit 2:16): וַיִּצְוֶה יְ-הוָה אֶ-לֹהִים אֶת-אָדָם לֵאמֹר מִכָּל עֵץ-הַגָּן אָכָל תֹּאכַל - ”E ordenou Hashem, D’us, sobre Adam, dizendo-Lhe que de toda árvore do jardim, comer, comerás.” - Rabi Yochanan explicou que וַיִּצְוֶה (“ordenou”) é uma referência ao mandamento de estabelecer tribunais. יְ-הוָה (“Hashem”) é uma referência ao mandamento de não profanar o Nome. אֶ-לֹהִים (“D’us”) é uma referência ao mandamento de não fazer idolatria. Isso é como foi falado em outro local, em prol do Etz Chaim, Portão 34, capítulo 7, onde o Arizal explica que a idolatria precisa estar ligada ao nome אֶ-לֹהִים (“D’us”) para que surja efeito, isso é, toda partícula, mesmo de impureza, precisa ter uma porção da santidade para que esta seja vitalizada, portanto, para que o objeto (como uma estátua) ganhe vida, a idolatria precisa receber sua influência do lado da santidade que é אֶ-לֹהִים (“D’us”), como é explicado pelos nossos mestres (Zohar, Parashat Ytró 69b). עַל-הָאָדָם (“sobre Adam”) é uma referência ao derramamento de sangue. לֵאמֹר (“dizendo-lhe”) é uma referência às relações proibidas, pois estas se iniciam pela boca, através de palavras de sedução. מִכָּל עֵץ-הַגָּן (“de toda árvore deste jardim”) é uma referência ao roubo, pois pode-se comer apenas das árvores deste jardim e não de outro. אָכָל תֹּאכַל (“comer, comerás”) é uma referência ao mandamento de comer partes de um animal vivo. Rabi Yitzchak aprendeu de maneira diferente, isto é, ele inverteu a relação das palavras do versículo com os mandamentos propostos por Rabi Yochanan: וַיִּצְוֶה (“ordenou”) ele aprendeu como sendo idolatria, אֶ-לֹהִים (“D’us”) ele aprendeu como uma referência aos tribunais de justiça. E ficará esclarecido, em detalhes, cada mandamento em seu devido lugar.

§ 2º. Na continuação do Tratado de Sanhedrin, nossos Sábios acrescentam outros mandamentos para os filhos de Noach, além dos sete mencionados. O Rabi Chanania ben Gamliel diz que, não somente a parte de um animal vivo é proibida aos filhos de Noach, tanto como o sangue do animal vivo também lhe é proibido. Rabi Chidka diz que a castração também é proibida, seja nele mesmo, seja em um animal. Rabi Shimon diz que mesmo a feitiçaria é proibida aos filhos de Noach. Rabi Iossi acrescenta e diz que de tudo o que foi escrito na Parashá sobre feitiçaria (Deuteronômio 18:10-14), os filhos de Noach devem se precaver.

E de onde ele aprende isso? Do que está escrito (ibid.): “Não se achará entre ti quem faça passar pelo fogo o seu filho ou a sua filha, magia das magias, prognosticador, amaldiçoador, feiticeiro, adivinhador, necromante, quem consulte os mortos; pois tudo isso é abominação para Hashem; e por estas abominações, Hashem, teu D’us, os lança de diante de ti.” – A priori, não existe uma punição aos filhos de Noach pelo desvio destas ordens mencionadas no versículo, porém, é uma precaução de Rabi Iossi para que as ações dos filhos de Noach não ocasionem que Hashem, teu D’us, os lançará de diante de ti, em outras palavras, causando a ocultação da Presença Divina. Essa é a regra do mundo, medida por medida. Rabi Elazar permite os filhos de Noach misturar lã e linho e também misturar sementes, mas proíbe cruzar espécies diferentes de animais ou vegetais com o intuito de gerar uma nova espécie. Por exemplo, a Lei judaica ordena os filhos de Israel separarem as sementes por no mínimo 4 *amot* (aprox. 2m), na terra de Israel. Para os filhos de Noach, a lei não é assim e eles tem a permissão de plantar diferentes espécies nas proximidades, mas não com o intuito de uni-las e gerar uma nova espécie.



§ 3º. **O MÉTODO DO RAMBAM.** O Rambam escreve (Leis de Reis, 9:1): “Seis coisas foram ordenadas sobre Adam: [1] Idolatria; [2] Profanação do Nome de Hashem; [3] Derramamento de sangue; [4] Relações proibidas; [5] Roubo; [6] Tribunais de Justiça. Mesmo que tudo isso é uma transmissão de Moisés, nosso mestre, e que toda sabedoria da Torá está apoiada em Moisés e não em Adam, outrossim, pelas regras das palavras da Torá, aprendemos que Adam foi ordenado com essas seis. E foi acrescentado com Noach o mandamento de não ingerir a parte de um animal enquanto ele está vivo, como está escrito (Gênesis 9:4): “Carne com sua vida, isto é, com seu sangue, vocês não comerão.” – Daqui se completou os sete mandamentos. E assim foi para o mundo inteiro até que veio Abraão, nosso Sagrado Patriarca, que foi ordenado à mais um mandamento, o da circuncisão e acrescentou *Shacharit* (“Orações Matinais”). Isaac separou o dízimo e acrescentou *Minchá* (“Orações Vespertinas”). Jacó recebeu o mandamento de não comer a carne do nervo ciático e acrescentou *Arvit* (“Oração Noturna”). E no Egito foram ordenados outros mandamentos para Amram, até que veio Moisés, nosso mestre, e completou a Torá com sua mão.”

§ 4º. E escreveu mais o Rambam: “Nós recebemos por tradição que os filhos de Noach são proibidos à respeito do cruzamento de animais e de sementes, porém, eles não são punidos com a morte por isso.” – Ou seja, essa é uma cerca para eles, mas não está incluso dentro dos sete mandamentos e portanto, não há como obrigá-los a cumprir com essas leis sob pena de morte, senão que, para corrigir estas transgressões o Tribunal deve julgar o transgressor aplicando-lhe chibatadas.



§ 5º. **DAS PROIBIÇÕES TEMPORÁRIAS PARA ADAM E NOACH.** As proibições que foram feitas para Adam ou para Noach são proibições temporárias. Nós aprendemos o conceito de uma proibição temporária no Talmud, Tratado de Sanhedrin, folha 43b, folha 46, Tratado de Guitin 90, Tur Hakdamah 2, Choshen Mishpat. Uma proibição temporária é um decreto do Tribunal em razão de uma necessidade que fora observado pelos Sábios daquela geração, forçando-os a aplicação de cercas mais rígidas. Encontramos um exemplo clássico no Talmud, Tratado de Sanhedrin 43b e 46a, que o Tribunal aplicou pena de morte sobre um judeu que andava à cavalo no Shabat.

Essa foi uma necessidade da época para que as pessoas respeitassem o Shabat e que precisava ser compensada. Assim também foi com Yeshu, quarenta anos antes da destruição do Segundo Templo, quando não havia Tribunal que pudesse julgar seu caso. Doravante, mesmo na falta de um Tribunal, os Sábios daquela geração se reuniram e decretaram pena de morte sobre ele para que os boatos de divindade que o envolviam não se espalhassem, condenando mais pessoas ao engano. Igualmente, nós encontramos que Adam foi ordenado sobre a proibição de comer da carne de animais até o pacto com Noach, quando lhe foi permitido. Mais adiante, Noach e sua família foram proibidos de ter relações matrimoniais somente enquanto estavam na arca, inclusive até hoje existe discussão na Lei Judaica sobre se o homem pode ou não ter relação matrimonial com sua esposa em momentos de guerra - conclui-se que é permitido. Contudo, em momentos de fome, como foi na Arca, que o mundo estava destruído e a comida era racionada para pouco tempo, a Lei Judaica é proibir, nestes casos, a relação matrimonial. Veja! Nenhuma destas proibições, mesmo que explícitas na Torá escrita, foram ordenadas junto com os sete mandamentos, senão que, são exemplos de proibições temporárias para uma época ou geração específica. O grande Rabi Chayim ben Attar, de abençoada memória, escreve que Adam fora ordenado a comer de todos os frutos do jardim, em seguida, ele fora proibido sobre o fruto do Conhecimento do Bem e do Mal, o que exclui o primeiro mandamento positivo de comer de todos os frutos. Não existe contradição aqui! De fato, todos os frutos lhe foi permitido comer, porém, temporariamente, o fruto do Conhecimento do Bem e do Mal lhe foi proibido. Realmente, de acordo com nossos mestres no Zohar, Parashat Terumá, folha 154, o fruto proibido era a uva, de onde se produziria o vinho para santificar o Shabat. Ou seja, Adam tinha permissão para comer em Shabat do fruto que fora proibido temporariamente, o que não contradiz o mandamento positivo de comer de todos os frutos do jardim.



§ 6º. **OS TRINTA MANDAMENTOS BNEI NOACH.** No Talmud da Babilônia, Tratado de Chulin, folha 92a, foi dito que os filhos de Noach receberam sobre eles trinta mandamentos, porém, no Talmud de Jerusalém é explicado que somente no futuro eles receberão o jugo destes mandamentos. Nossos explicadores julgaram quais são essas ramificações dos sete mandamentos: Sobre IDOLATRIA, eles ensinaram essas proibições: (2) Jogar crianças no fogo, como quando na época de Moloch, uma deidade cananeia que era adorada desta maneira; (3) Magia; (4) Amarração; (5) Feitiçaria; (6) Conjurar seres malignos; (7) Ritual de Invocação dos Mortos (Ov); (8) Idony, consultar os mortos através de seus restos mortais; (9) Ritual com a alma de falecidos. Sobre RELAÇÕES PROIBIDAS: (11) Frutificar; (12) Multiplicar; (13) Homossexualismo; (14) Cruzar espécies diferentes de animais; (15) Castração; (16) Cruzar espécies diferentes de sementes; (17) Adivinhação. Sobre DERRAMAMENTO DE SANGUE: (19) Não causar danos para nenhum dos filhos de Israel. Sobre AMALDIÇOAR O NOME DE HASHEM: (21) Respeitar a honra da Torá; (22) Se ocupar da Torá que lhe diz respeito. Sobre roubo: (24) Não ocupar-se da Torá de Israel. Sobre TRIBUNAIS: (26) Não cumprir Shabat integralmente. Sobre NÃO COMER PARTE DE UM ANIMAL VIVO: (28) Não comer o sangue de um animal vivo; (29) Não comer de um animal que não foi morto apropriadamente; (30) Não comer a carne de um ser humano, esteja vivo ou morto.

**§ 7º. O DESCASO DOS FILHOS DE NOACH COM SEUS MANDAMENTOS E A PRONTIDÃO DO POVO DE ISRAEL PARA RECEBER A TORÁ.** Nossos rabinos ensinaram (Avodah Zarah 2b) que O Sagrado, Bendito seja, foi para cada povo para que recebessem a Torá Sagrada, mas eles não quiseram aceitar o jugo da Majestade Celestial. Não somente isso, nem mesmo os sete mandamentos eles concretizaram. Até que finalmente, O Sagrado, Bendito seja, escolheu o povo de Israel, pois eles disseram: “Faremos e ouviremos” e receberam sobre si o jugo dos seiscentos e treze mandamentos no Monte Sinai antes mesmo de saber sobre o que se referia. E assim, O Sagrado, Bendito seja, lhes ordenou os Dez Ditos no Monte Sinai, e à partir dali eles foram obrigados aos seiscentos e treze mandamentos da Sagrada Torá. O Midrash Shemot Rabbah, em Parashat Ytró, nos ensina que o povo de Esaú não aceitou sobre si o jugo a Torá após saber que o mandamento “não assassinarás!” estava incluso entre os seiscentos e treze. Moav não aceitou sobre si o jugo da Torá quando ouviram o mandamento de “relações proibidas” inclusas entre os seiscentos e treze. Em seguida, O Sagrado, Bendito seja, ofereceu a Torá sagrada para o povo de Ismael e ao ouvirem “não roubarás!”, eles negaram receber sobre si o jugo da Torá. Portanto, mesmo que eles não receberam a Torá Sagrada inteiramente como o povo de Israel no Monte Sinai, é importante saber que nem mesmo os mandamentos de Noach eles aceitaram sobre si. Desta maneira, O Sagrado, Bendito seja, abriu mão dos sete mandamentos quando são cumpridos pelos idólatras, isso é, eles não recebem recompensa por isso, enquanto que os filhos de Noach que receberam o jugo dos sete mandamentos sobre si integralmente no Monte Sinai tal como o povo de Israel recebeu os seus seiscentos e treze, recebem recompensa neste mundo e também no Mundo Vindouro ao cumprirem com seus mandamentos integralmente.



**§ 8º. QUAL É A DEFINIÇÃO DOS PATRIARCAS ANTES DO RECEBIMENTO DA TORÁ?** a A questão é se os Patriarcas Sagrados eram julgados como Israel ou filhos de Noach? Nossos explicadores se alongaram sobre este tema. De acordo com o Rashi e também o Talmud da Babilônia, Tratado de Iomá, folha 28b, todos os antecessores de Moisés, nosso mestre, eram considerados filhos de Noach e sob essa lógica conseguimos compreender algumas situações, como por exemplo o fato do Patriarca Jacó ter se casado com duas esposas, ou no caso do Patriarca Abraão se casar com a Matriarca Sarah que era sua meia irmã por parte de pai (Rashi, Parashat Vaierá), pois isso, em ambos os casos, seria proibido para o povo de Israel. E daqui se prova o fato de que os Patriarcas Sagrados com suas respectivas esposas eram julgados pelos Céus como filhos de Noach.



**§ 9º. O QUE FOI DITO E ENSINADO NO SINAI E O QUE FOI DITO MAS NÃO FOI ENSINADO NO SINAI.** Existe uma regra sobre aquilo que foi dito e ensinado no Sinai e sobre aquilo que foi dito no Sinai, mas não foi ensinado. Nossos rabinos ensinaram (Talmud, Tratado de Sanhedrin, folha 59a) que todo mandamento ordenado aos filhos de Noach e ensinado no Monte Sinai, foi ordenado tanto para Israel como também para os filhos de Noach. Quando foi ordenado para os filhos de Noach mas não foi ensinado no Monte Sinai, é obrigatório para Israel e permitido para os filhos de Noach. Um exemplo explícito é sobre o nervo ciático, uma proibição estabelecida após a batalha de Jacó com o Anjo da Morte que não foi ensinada no Sinai, desta maneira, não é obrigatório para os filhos de Noach, mas obrigatório para os filhos de Israel. Nós concluímos que não há nenhum caso que algo seja permitido para Israel e proibido aos filhos de Noach.

E se não é proibido para Israel, tanto mais para os filhos de Noach isso também seja permitido. Não haverá exceções para esta regra, pois Israel sempre terá sobre si o jugo de mais proibições e rigores em relação aos mandamentos, mesmo sobre as sete que também foram ordenados aos filhos de Noach.

§ 10º. Nossos Sábios discutiram (Rambam, Leis de Reis, 10:7) sobre como era a obrigatoriedade dos mandamentos noéticos antes de terem sido ordenados e ensinados no Monte Sinai. Eles questionaram se havia obrigatoriedade por parte dos filhos de Noach em relação aos sete mandamentos antes da outorga da Torá ou eles ainda não estavam obrigados devido à não terem sido diretamente ordenados a isto, como de fato ocorreu no Monte Sinai? Nossos rabinos ensinaram (Talmud, Tratado de Sanhedrin, folha 59a) que existe uma regra à respeito dos filhos de Noach terem sido punidos pela transgressão do mandamento de IDOLATRIA somente após a entrega da Torá, pois este mandamento foi ensinado no Monte Sinai. Aprendemos daqui que, daquilo que foi ensinado no Monte Sinai, também os filhos de Noach estão obrigados para cumprir. De qualquer forma, sobre o que não foi ensinado no Monte Sinai, a lei é diferente. E assim entendemos: sobre o que não foi explicado no Monte Sinai, os filhos de Israel continuam obrigados a cumprir, mas não os filhos de Noach, tanto como não acontecerá que os filhos de Noach estejam obrigados para com mandamentos que os filhos de Israel não estejam, de forma ainda mais ampla, igualmente obrigados. Agora, se é assim, o que ocorreu no caso do povo de Shechem do qual foram condenados a morte por Shimon e Levi mesmo antes da outorga da Torá no Monte Sinai? Lá ocorre que as pessoas da cidade de Shechem foram castigadas por não estabelecerem um Tribunal e essa foi a permissão que Shimon e Levi tiveram para assassiná-los, contudo, a Torá não havia sido outorgada. E mesmo que essa lógica não obriga de se julgar em detalhe o povo de Shechem, que era um povo agressivo, outrossim, se faz necessário aprofundar no assunto para explicar que até aqui eles eram obrigados a ouvir as palavras dos profetas, pois Adam, tanto quanto Noach, Abraão, Isaac e Jacó, eram profetas confiáveis. E de fato, os filhos de Israel ouviram os profetas e estabeleceram um Tribunal de Justiça em seu povo, onde julgaram o povo de Shechem à pena de morte pelo sequestro e estupro de Diná, sua irmã, o que é um enorme agravante, pois implica também no descumprimento da proibição de **RELAÇÕES PROIBIDAS**.

§ 11º. A sabedoria do Rambam é que, obrigatoriamente, os mandamentos precisavam ser ensinados no Monte Sinai para os filhos de Israel, caso contrário não seria possível obrigá-los sobre aquilo que foi dito antes da outorga da Sagrada Torá. O Rambam teceu alguns pensamentos à respeito do comentário do Rashi sobre Bereshit 1:1, onde de acordo com ele, à priori, a Torá deveria iniciar com a contagem dos meses considerando que este foi o primeiro mandamento após a saída do Egito. Contudo, isso não é verdade! A Torá tem inúmeros mandamentos antes deste, como o próprio mandamento do nervo ciático para Jacó, ou a circuncisão para Abraão. Ou seja, antes do Monte Sinai, os mandamentos foram ordenados para indivíduos isolados, de tal maneira que não podemos obrigar uma comunidade inteira devido o recebimento destes mandamentos apenas por alguns indivíduos, até porque está escrito (Devarim 33:4): “A Torá foi ordenada para nós, Moisés, e a congregação, que são a comunidade de Jacó.” – Está escrito ‘comunidade’ e não ‘indivíduos’. Portanto, os mandamentos precisavam ser confirmados e ensinados no Monte Sinai. E por que havia a necessidade de reescrever os mandamentos na Torá que já foram ordenados anteriormente? Após a entrega da Torá, precisou que ocorresse uma renovação no contrato de ordem dos mandamentos para confirmar que a Torá foi entregue para uma comunidade inteira, os filhos de Jacó – Israel – diferentemente do que ocorria com seus antecessores, quando a Torá era parcialmente revelada para indivíduos independentes.

§ 12º. Em si, a regra que disseram no Talmud da Babilônia, no Tratado de Sanhedrin, folha 59a, sobre não haver nada que seja permitido para Israel e proibido para os filhos de Noach, nós encontramos alguns detalhes sobre quando esta regra é aplicada e sobre quando ela não deve ser aplicada. O Tossefot no Tratado de Sanhedrin, folha 59a e também no Tratado de Chulin, folha 33a, nos esclareceu que o povo de Israel não é morto sobre o caso de aborto, mas que é facilitado seu julgamento, enquanto que, aos filhos de Noach, esta é uma proibição grave. Mais adiante, na folha 72b, eles dizem que, no momento do parto, caso seja necessário um aborto para uma mãe judia, a parteira deve proceder da seguinte forma: antes de sair a cabeça do bebê, a parteira deve inserir sua mão no interior da mulher e cortar a criança em pedaços, retirando os pedaços para salvar a mãe. De qualquer maneira, isso é proibido para os outros povos, já que eles foram precavidos sobre essa transgressão na Torá escrita. Não que seja permitido abortos para Israel, mas que é um mandamento positivo salvar a mãe judia caso ela esteja correndo risco de vida onde apenas um dos dois sobreviveria ao parto, pois exclusivamente nestes casos extremos, o bebê não é considerado uma criatura independente da mãe, de modo que a mãe tem preferência. Mesmo no caso dos idólatras é permitido abortar quando a mãe corre risco de vida, mas existe uma precaução a isso, considerando que eles não tem os pilares éticos por tradição como Israel, portanto, existe a precaução de proibi-los sob pena de morte, pois eles podem aproveitar desta leniência para adotarem a prática de abortos de maneira irrestrita contra a maioria ou até mesmo para todos os bebês. Entenda bem isso! A exceção deste caso é que a mãe judia corre risco de vida e não que o bebê deve ser morto sob qualquer ângulo. É proibido para os filhos de Noach comerem do membro de um animal enquanto ele está vivo e para essa regra não importa a medida do membro, enquanto que para Israel, à priori, a proibição está em comer a medida de 1 kazayit (aprox. 26g), até que os rabinos proibam mesmo uma medida menor do que 1 kazayit, à posteriori, na Torá oral. Daqui aprendemos que os filhos de Noach precisam ir, à priori, pela regra da Torá escrita, enquanto os filhos de Israel estão apoiados, à priori, nas conclusões e regras rabínicas. Outro exemplo é no caso de roubo, cuja proibição para os filhos de Israel se aplica para uma quantidade maior de 3 centavos. Isso é, mesmo que não seja adequado para ele roubar esta quantia que acabará por levá-lo ao roubo de maiores quantias, ele não está passivo de punição por isso, porém, é uma proibição grave para os filhos de Noach, mesmo nesta pequena quantia. Isso foi para explicar a diferença no julgamento entre os filhos de Israel e os filhos de Noach e suas exceções e proporções nesta regra dos nossos Sábios de abençoada memória. Isso foi para explicar a diferença no julgamento entre os filhos de Israel e os filhos de Noach e suas exceções e proporções nesta regra dos nossos Sábios de abençoada memória. Enquanto Israel está apoiado sobre os ombros dos legisladores da Torá oral, os filhos de Noach estão apoiados principalmente na Torá escrita, de onde se originam suas leis. Mesmo que não alcançamos aqui uma conclusão final da Lei judaica, essa análise profunda do tema junto dos Sábios certamente nos fará entender como legislar para os filhos de Noach da maneira mais apropriada para cada caso em particular.

§ 13º. Este artigo deve nos ajudar a elucidar o que foi dito anteriormente. Mesmo que foi explícito a regra de que algo permitido para Israel é automaticamente permitido para os filhos de Noach, de qualquer maneira, o Tossefot escreveu que Reish Lakish discute contra essa regra no Tratado de Chulin, folha 33a. Os Sábios se alongaram em explicar e julgar conforme a opinião do Rambam e a maneira como ele aplica essa regra. Nas Leis de Reis, no final do capítulo 9, o Rambam expõe três proibições que são mais graves para os filhos de Noach do que para Israel, especificamente sobre NÃO COMER UM ÓRGÃO DE UM ANIMAL VIVO:



[1] Não foi ordenado uma medida para os filhos de Noach, portanto, a quantia menor do que kazayit lhe é proibido, enquanto que para Israel foi ordenado a medida de kazayit, não se classificando em transgressão da Torá caso o judeu venha a consumir a quantia menor do que kazayit do órgão de um animal vivo. [2] Mesmo sobre um animal impuro, o qual não é proibido para o filho de Noach comer, caso seja o órgão de um animal vivo, em qualquer medida eles estão proibidos, enquanto que o judeu estará transgredindo por comer um animal impuro (mesmo a medida menor que kazayit), isso é, que fora abatido incorretamente de acordo com a Lei Judaica e/ou não é um animal considerado kasher (“apropriado/permitido”), ou seja, a transgressão e a consequência desta transgressão não é a mesma para um filho de Noach e para Israel, pois o modo de julgar é diferente para cada um. [3] Se o animal está doente e perdeu uma parte de seu corpo, essa é uma carne proibida para o filho de Noach ingerir mesmo que o animal seja abatido posteriormente, isso é, se a carne foi retirada do animal enquanto ele está vivo, esse alimento é proibido para os filhos de Noach. Neste mesmo exemplo, caso o animal tenha adoecido e perdido uma de suas pernas, sendo ele um animal permitido pela Torá, o judeu pode abatê-lo conforme a Lei Judaica mesmo após o órgão adoecido ter se desprendido do restante do corpo do animal. Ou seja, o Rambam expõe que a regra dos Sábios sobre este tema não é absoluta.



**§ 14º. DA PRECAUÇÃO SOBRE PENA DE MORTE.** Ainda sobre o Talmud, Tratado de Sanhedrin, folha 59a, foi falado que os filhos de Noach devem se precaver em relação aos sete mandamentos, pois a pena para o descumprimento de uma ou outra das sete é a morte. Eis que mesmo que não esteja explícito na Torá que a consequência para a transgressão dos sete mandamentos é a morte, nós aprendemos todas as sete à partir do mandamento de NÃO ASSASSINAR, cuja consequência é a pena de morte, conforme o exemplo de Kain, filho de Adam – ou seja, a consequência para o assassinato é medida por medida. A priori, temos a ideia de que todas as sete são passíveis de pena de morte. Porém, os primeiros legisladores, Rosh, Riff, Rambam, ensinam que essa precaução não é válida, pois se Israel não tem como consequência a pena de morte, ainda mais os filhos de Noach, considerando que eles aprendem a Torá de Israel e não o contrário. Portanto, existem muitos mandamentos que os filhos de Noach estão obrigados à cumprir, mas não existe pena de morte quanto ao seu descumprimento destas leis. A exceção está nas três grandes transgressões: [1] IDOLATRIA; [2] ASSASSINATO; [3] RELAÇÕES PROIBIDAS – tal como Israel é julgado com pena de morte por essas transgressões, também os filhos de Noach. E como é que isso não contradiz a regra geral de que a precaução para os filhos de Noach é a pena de morte? Ora, a precaução vem de Israel, pois os filhos de Noach aprendem deles. Não estamos falando sobre a transgressão em si, mas sobre a consequência. Após uma longa discussão, a Lei Judaica não considera suficientemente grave a transgressão dos quatro mandamentos restantes para que a sentença delas seja a pena de morte.



**§ 15º. SOBRE UMA TRANSGRESSÃO SEM INTENÇÃO.** A opinião do Rashi e do Sefer Hachinuch é que os filhos de Noach são condenados à pena de morte mesmo quando fazem uma transgressão sem intenção, assim o Rashi aprende do Talmud da Babilônia, Tratado de Macot, folha 9a, e também no Tratado de Sanhedrin, folha 54a. Porém, o Rambam e o Ramban discordam do Rashi e legislam que eles não são punidos com pena de morte caso cometam uma transgressão sem intenção, pois os filhos de Noach não tem uma advertência do Tribunal Rabínico tal como Israel, portanto, como se pode condená-lo à morte sem essa advertência?

O Rambam explicou à respeito do Tratado de Macot, folha 9a, que não se condena à morte os filhos de Noach por uma transgressão sem intenção, pois assim também é em relação à Israel que precisa ter sido advertido antes da condenação. A Torá tem piedade dos filhos de Noach de tal modo que suas transgressões não são consideradas completas se não houve intenção de cometê-las. E ainda, a Torá não condena à morte alguém que não foi advertido sobre aquela transgressão, seja ele Israel ou filho de Noach. Tem quem esclareça o Rashi e diga que ele não está se referindo aos justos entre as nações, que são aqueles filhos de Noach que estudam a Torá e cumprem com os mandamentos, mas tão somente aos idólatras que não guardam os sete mandamentos nem mesmo por raciocínio simples – ou seja, estes são passíveis de pena de morte mesmo em uma transgressão sem intenção, enquanto aqueles não. É assim porque mesmo que o idólatra fosse precavido sobre um mandamento, ele ainda optaria por transgredí-lo. E foi dado a permissão, inclusive, de provocar que ele transgrida estes mandamentos para que seja condenado à pena de morte. Entenda bem isso!

§ 16°. Para os que opinam que os filhos de Noach não são condenados à morte por uma transgressão involuntária, de qualquer maneira, se ele fez a transgressão na prática e consciente, mesmo que ele venha a dizer “não tive a intenção”, não é considerado que ele fez de forma involuntária e pra todas as opiniões ele é julgado a sentença de pena de morte. Isso é sobre os três mandamentos que Israel também está passível desta sentença e não sobre os outros.

§ 17°. O filho de Noach que transgrediu uma das três graves transgressões passíveis de pena de morte de maneira consciente e prática, nossos explicadores julgaram sobre se eles são sentenciados à morte pelo geral da proibição ou pelo detalhe. Por exemplo: Um filho de Noach que teve relações com uma mulher judia casada poderia afirmar que, no seu entendimento, a lei de relações proibidas se aplicava tão somente entre os filhos de Noach e portanto, ele não teve a intenção de transgredir o mandamento de RELAÇÕES PROIBIDAS nesta situação. Neste caso, é necessário julgá-lo no detalhe da proibição antes de condená-lo a morte ou não. De todo modo, o julgamento se dá à partir de uma análise completa do caso.



§ 18°. **QUANDO HÁ DÚVIDA DE UMA PROIBIÇÃO.** Em uma sentença, quando há *safek issur* (“dúvida de uma proibição”), nossos rabinos questionaram se os filhos de Noach estão obrigados ou isentos. Tem quem diga que isso depende de uma discussão entre os primeiros legisladores, que diferenciam se a dúvida sobre uma sentença deriva da Torá escrita ou se é uma dúvida derivada da Torá oral. Por exemplo, se existe dúvida se a carne foi misturada ao leite, ela é permitida pela Torá escrita que não especificou os detalhes desta proibição e proibida pelos rabinos que especificaram o detalhe desta proibição, sendo assim, essa carne com leite é proibida aos judeus pelos rabinos. Contudo, existe a opinião de que os filhos de Noach se apoiam no sentido literal da Torá e não nas conclusões posteriores dos rabinos, de tal modo que eles estão isentos em caso de dúvida sobre uma sentença da Torá escrita. Agora, essa lógica não é a conclusão da Lei Judaica, pois tem quem diga que, se existe dúvida sobre uma sentença da Torá, os filhos de Noach também estão proibidos, pois é uma dúvida cuja consequência pode ser a pena de morte. De qualquer forma, a maioria dos legisladores decretaram que os filhos de Noach não são passíveis de pena de morte quando há dúvida sobre uma sentença da Torá, mesmo que eles precisam ser rigorosos com o que está na Torá escrita. Ou seja, não se pode julgá-lo com a sentença de pena de morte quando há dúvida se ele cometeu aquela transgressão.

Segundo o Pnei Yehoshua sobre Talmud da Babilônia, Tratado de Ketubot, folha 9a, é pelo decreto da maioria que se dá a sentença, pois a maior probabilidade é de permitir, então pela maioria se abre a permissão. Assim também legisla o Rashba, no livro Shut Harashba, capítulo 1, artigo 401; também em Netivot Hamishpat Dinei Tfissa B'edim, entre outros. Entre os legisladores está o Kehilat Yaakov sobre o Tratado de Ketubot. O Rambam tem outra explicação, em Hilchot Issurei Bia 18:17. Ele segue que, no caso de dúvida sobre uma proibição da Torá, ele não é julgado com sentença de pena de morte, só que Sábios foram rigorosos e proibiram mesmo assim. Logo, quando existe dúvida derivada de outra dúvida, com certeza se permite ao filho de Noach, pois se trata de uma dúvida dos rabinos projetada de outra dúvida da Torá escrita (Talmud da Babilônia, Tratado de Avodah Zarah, folha 7a). Isso ocorre pois a primeira dúvida é se o ato cometido é considerado uma transgressão pela Torá escrita e a segunda dúvida é na própria dúvida dos rabinos se há naquele ato alguma transgressão, ou seja, uma dúvida derivada de outra dúvida.



**§ 19º. SOBRE A SENTENÇA DE ROV (“MAIORIA”).** Existe uma discussão entre os legisladores sobre a sentença de *rov* (“maioria”) para os filhos de Noach. O que é *rov*? Aprendemos do Talmud, Tratado de Pessachim, folha 9b, Tratado de Ketubot, folha 15a, Tratado de Niddah, folha 18a, que no caso de dúvida sobre algo que não tem uma proibição, Israel deve orientar-se segundo maioria dos observantes da Torá daquele local. Por exemplo, no caso de um bairro judaico com dez lojas, porém apenas nove vendem carne *kasher* e uma delas vende carne proibida para Israel e a pessoa tem dúvida se a carne que ela possui é permitida ou proibida, como ele deve proceder? Na dúvida se é proibido ou permitido, somos rigorosos e proibimos, porque a pessoa deveria ter investigado corretamente antes de adquirir aquela carne. Agora, se ele encontrou essa carne ou ganhou de um morador observante da Torá que vive naquele bairro judaico, aplica-se a sentença de *rov*, conforme o Rambam escreve nas Leis de Alimentos Proibidos 8:11 e também o Shulchan Aruch, Iorê Deah 110:3. No caso de uma comunidade noética onde as pessoas são observantes da Torá orientadas por uma autoridade rabínica, entende-se que existe pureza entre as pessoas e pode-se julgar pela sentença de *rov*. Agora, será que o observante da Torá dos filhos de Noach deve se basear no costume geral, isso é, da maioria das pessoas da sociedade que ele vive? Certamente que não, pois não existe a confiabilidade para a aplicação da sentença de *rov* e, neste caso, deve-se fazer uma *chumrá* (“cerca”) sobre aquele costume. Ora, então existe a sentença de *rov* para os filhos de Noach? Me parece que a raiz do que vamos julgar depende de como se define a sentença, isso é, se é uma *zvará* (“lógica”) que foi ensinado pelos rabinos do Talmud ou se é algo que está baseado em um *diuk* (“precisão”) da Torá. A diferença entre *zvará* e *diuk* é que a *zvará* extrapola o sentido da Torá para compreender determinado raciocínio, enquanto que o *diuk* é fixo. Obviamente que uma *zvará* precisa ter como base o que os rabinos da Mishná e do Talmud determinaram para que seja válida. Entendemos o conceito de que, quando a maioria é *kasher*, vamos pela sentença de *rov* e permitimos, assim como se a maioria é *taref* (“impuro”) proibimos. Então, a *zvará* dos rabinos não é considerado uma dúvida, de modo que o Rambam e o Shulchan Aruch legislaram sobre isso e concluíram que a sentença de *rov* está de acordo com a vontade do Criador, então nós não discutimos sobre isso, pois eles concluíram que essa é a forma correta de raciocínio. Se a *zvará* é correta, também aplica-se essa regra para os filhos de Noach, considerando que eles estão obrigados às leis racionais da Torá (vide adiante, art. 26).

Essa é uma regra com inúmeros detalhes, pois é uma sentença utilizada para todos os casos. Existem casos em que não devemos nos orientar pela maioria, como no caso de dinheiro, risco de vida, entre outras ressalvas. No caso de um decreto dos rabinos, que é algo que não pode ser compreendido pela lógica, como no caso da circuncisão ou no caso de não misturar carne com leite cuja compreensão está acima do raciocínio, no que é chamado como *chok* ("estatuto"), é algo que pertence para Israel e não há como incluir os filhos de Noach, pois não pode ser compreendido através de uma *zvará*, sendo pois, um decreto sobrenatural. A consequência direta para esse caso de dúvida sobre um *chok* ("estatuto") é a aplicação da regra de *safek* ("dúvida") conforme explicado anteriormente (cap. 18). E assim, há quem discuta e diga que a sentença de *rov* para os filhos de Noach deve ser aplicado apenas para rigorosidade, isso é, para proibi-los e não para permiti-los, mesmo que não haja pena de morte sobre isso. Enquanto outros legislam que o filho de Noach pode se basear nos parâmetros do Talmud e, por exemplo, caso a maioria dos restaurantes não cozinhem o MEMBRO DE UM ANIMAL VIVO, ele pode se basear na sentença de *rov*. Essa sentença aplica-se para todos os casos e não somente para as regras dietéticas. Na dúvida, os filhos de Noach precisam se consultar com uma autoridade rabínica que é imprescindível para julgar cada caso e caso, determinando se existe a confiabilidade para adotar a sentença de *rov*.

§ 20°. **SOBRE A SENTENÇA DE KAVÚA ("FIXO")**. Existe uma discussão dos legisladores à respeito da sentença de *kavúa* para os filhos de Noach. O que é *kavúa*? É quando algo fixo é considerado como metade sobre metade. Ou seja, quando a maioria de Israel faz determinada coisa, mas por outro lado tem um costume fixo do local, existe a sentença de *kavúa* e o fixo anula uma decisão ou opinião da maioria. Agora, essa sentença também é válida para os filhos de Noach? Após nossos rabinos tecerem uma longa discussão sobre o tema, não há uma conclusão final se é válido ou não para os filhos de Noach a sentença de *kavúa*. Afinal, os idólatras não tem nenhuma confiabilidade e não podemos nos basear em seguir os costumes que foram fixados por eles. Quando é assim, os filhos de Noach precisam consultar uma autoridade rabínica que esteja apta à julgar o seu caso especificamente. Agora, no caso de uma comunidade noética que não tem uma autoridade rabínica responsável por eles, ele não deve se apoiar na sentença de *kavúa*, pois isso seria inapropriado e pode, com facilidade, violar um dos sete mandamentos prescritos na Torá para eles.

§ 21°. **SOBRE A SENTENÇA DE CHAZAKAH ("FORÇA")**. Nossos rabinos também discutem se existe a sentença de *chazakah* para os filhos de Noach. O que é *chazakah*? É quando determinado ato é fixado, através de praticá-lo mais de três vezes. Um exemplo de *chazakah* é quando a carteira de uma pessoa está sob a posse de outro, neste caso, ele precisa devolver aquele objeto que foi fixado para outro. Essa sentença é equivalente à sentença de *rov* (art. 19) e a sentença de *kavúa* (art. 20). Porém, há quem discorde e diga que não há sentença de *chazakah* para os filhos de Noach, assim como não há sentença de *rov* ou *kavúa*. A lei para fora da terra de Israel é que um filho de Noach não tem a obrigação de devolver um pertence encontrado na rua, mesmo que encontre sinais do dono deste pertence, sob risco de que seja uma pessoa violenta ou perigosa, afinal, ele não tem como saber se aquele pertence é mesmo daquela pessoa, entre outros fatores determinantes. Ou seja, segundo essa opinião, não existe a sentença de *chazakah* sobre esse pertence que fora encontrado nas ruas pelo filho de Noach. Mas essa não é a Lei Judaica para uma comunidade noética. Quando um pertence for encontrado no lugar onde a congregação se encontra ou se um dos membros da comunidade encontra o pertence de seu amigo nas ruas e identifica-o, existe entendimento de que as pessoas da comunidade são confiáveis e portanto, aplica-se a *chazakah*.

§ 22º. **SOBRE A SENTENÇA DE BITUL BEROV (“ANULAÇÃO PELA MAIORIA”).** Um legislador chamado Peri Megadim perguntou sobre a sentença de *betel beshishim* (“anulação de 1/60”) para os filhos de Noach, ou seja, anulação sobre a maioria em relação aos alimentos. Obviamente que, para eles, é uma sentença pertinente ao mandamento de NÃO COMER O MEMBRO DE UM ANIMAL VIVO. Ou seja, ele levantou a questão se, caso exista a mistura do órgão de um animal vivo em 1/60, é permitido para ele ou proibido? Pode-se misturar água neste alimento e mudar seu sabor? E tem quem diga que é preciso ser rigoroso nesta lei dentro dos filhos de Noach, como o próprio Rambam legisla que, mesmo na quantidade menor do que 1/70 do membro de um animal vivo, o filho de Noach continua proibido de ingerir este alimento. E tem quem pergunte se existe a sentença de que o gosto é o principal, ou seja, mesmo que haja mistura do membro de um animal vivo, caso não se sinta o gosto, é permitido para ele? Retornamos ao Rambam, pois assim nós legislamos. E no caso de sentir gosto de estragado, é permitido ou proibido para ele? Aqui é preciso distinguir caso à caso individualmente, pois um não é a consequência do outro.

§ 23º. **SOBRE A SENTENÇA DE DIN HACHAMUR (“SENTENÇA SOBRE SENTENÇA”).** É importante saber que este artigo é uma grande discussão, tanto quanto o que tecemos nos artigos anteriores, porém, este é um conceito muito importante dentro da Lei Judaica. Nossos explicadores se perguntaram se recai sobre os filhos de Noach a sentença *din hachamur* (“sentença sobre sentença”). Encontramos sobre este conceito no Talmud, Tratado de Sanhedrin, folha 54a, 76a, no Tratado de Macot, folha 5b, no Tratado de Kemurá, folha 9a, no Tratado de Kitrut, folha 3a, e a nossa discussão encontra-se especificamente no Tratado de Sanhedrin, folha 58a. Um exemplo para elucidar essa Lei Judaica é quando um judeu, D’us não permita, comeu porco em Yom Hakippurim, qual é a sentença sobre ele? A Lei Judaica é que o fato de comer algo em Yom Hakippurim é mais grave do que a transgressão isolada de comer o porco, portanto, pela sentença do Tribunal, ele recebe a punição pela transgressão mais grave e não recebe a punição pela transgressão mais leve, considerando que foram praticadas simultaneamente. Assim, se um filho de Noach, D’us não permita, cometeu roubo seguido de assassinato, neste caso ele recebe punição sobre as duas transgressões ou sobre a transgressão de assassinato que é mais grave? Essa é uma grande pergunta dos nossos rabinos. Tem quem escreveu que é uma discussão desde os rishonim (“primeiros legisladores”) e tem quem diz que é uma discussão da época dos midrashim. Tudo será decidido à partir do cálculo de raciocínio que a autoridade rabínica elaborará para julgar o filho de Noach. Se o Rabino é rigoroso, ele vai como o Tossefot e legisla que todos os sete mandamentos são derivados de NÃO ASSASSINAR, portanto, todos os mandamentos são igualmente passíveis de pena de morte. Se o Rabino é leniente, ele vai como o Rambam que considera as três grandes transgressões, IDOLATRIA, DERRAMAMENTO DE SANGUE E RELAÇÕES PROIBIDAS como as únicas passíveis de pena de morte (Leis de Reis, 9), portanto, deve haver o cálculo de sentença sobre sentença. De acordo com o que foi outorgado para Israel, podemos entender se ele pertence ou não aos filhos de Noach. Há quem discuta com isso e diz que mesmo pela sentença mais leve eles são passíveis de pena de morte. De qualquer maneira, entendemos um conceito de outro no que chamamos de kol vachomer (“este é como aquele”) e aprendemos que, se para Israel a transgressão mais leve não é passível de pena de morte, também para o filho de Noach não aplica-se essa sentença. Agora, para os mais rigorosos, com os filhos de Noach somos sempre severos e a punição para a transgressão de qualquer um dos sete mandamentos é passível de pena de morte.

§ 24°. **A LEI PARA AS FILHAS DE NOACH.** Quais são as obrigações das mulheres dos filhos de Noach? A Lei Judaica é que, tanto para os homens como para as mulheres, os sete mandamentos são obrigatórios e a transgressão deles são passíveis de punição igualmente para ambos. Essa é uma conclusão nos *rishonim*, desde o Talmud, Tratado de Sanhedrin, folha 57b, também no Shut Yat Chanoch 60 e no Rambam, Leis de Reis 8:9, enquanto que o Shut Yat Shearim discute com isso. A priori, poderíamos entender que o Rambam faz essa igualdade entre homem e mulher tão somente em relação à proibição de IDOLATRIA, mas não sobre os outros mandamentos, até que o Rabino Yosef Caro, de abençoada memória, esclarece no Kessef Mishná que o Rambam está se referindo aos sete mandamentos e não somente a proibição de IDOLATRIA. É um conceito simples de entender. Concluimos daqui que a Lei Judaica é como o Shut Yat Chanoch 60 e todas as mulheres dos filhos de Noach estão obrigadas com os sete mandamentos e são julgadas iguais os homens, de modo que estão passíveis de punição pela sua transgressão tanto quanto os homens.



§ 25°. **QUAL É A DEFINIÇÃO DE CRIANÇA PEQUENA PARA BNEI NOACH?** Qual a sentença para uma criança pequena dos filhos de Noach e à partir de qual idade os filhos de Noach estão obrigados aos sete mandamentos? Existe discussão entre os rabinos contemporâneos. Tem quem escreveu que existe também, para os filhos de Noach, isenção de punição para uma criança pequena, assim como é para Israel. Há quem diga que a lei para Noach é diferente, porque não foram mencionadas medidas em relação à proibição de ROUBO, ou à proibição de MEMBRO DE UM ANIMAL VIVO, *kol vachomer*, também não há medida de idade para os filhos de Noach. Se é assim, mesmo a medida de 13 anos e 1 dia para maior idade do filho de Noach não existe, senão que ele está obrigado aos sete mandamentos à partir da idade que se tem discernimento. E que idade é essa? Depende. Em Israel, a educação da criança que tem discernimento começa com 6 anos. Para emitir a sentença, cada caso deve ser julgado independentemente.



§ 26°. **A OBRIGAÇÃO DOS BNEI NOACH SOBRE AS LEIS RACIONAIS DA TORÁ.** Os filhos de Noach tem obrigação de cumprir com os mandamentos racionais da Torá? O Rabino Nissim HaGaon, de abençoada memória, tanto como os *rishonim*, escreveram sobre isso. O Rambam legisla à partir de Bereshit 6:13 e afirma que os filhos de Noach estão obrigados com todos os mandamentos que podem ser compreendidos por lógica, isso é, os mandamentos racionais da Torá. De qualquer maneira, eles não são passíveis de pena de morte pelo Tribunal por transgredi-los, pois não foram precavidos à respeito deles como em relação aos sete mandamentos, portanto, eles estão passíveis de punições mais severas como açoite e pena de morte somente sobre os sete. Um exemplo para expor essa Lei Judaica é que todos os filhos de Noach entendem por lógica que não é permitido violentar outra pessoa e mesmo que não tenham uma proibição sobre isso, eles podem entender por raciocínio simples essa proibição. Outro exemplo é o mandamento racional de honra aos pais que também são obrigatórios aos filhos de Noach.

§ 27º. **A DEFINIÇÃO DE GUER TOSHAV (“CONVERTIDO RESIDENTE”).** Precisamos definir o conceito de *Guer Toshav* (“convertido residente”). Quem são aqueles chamados de *Guer Toshav*? O Rambam (Leis de Reis, final do capítulo 8) escreveu que o *Guer Toshav* é o filho de Noach que recebeu sobre ele os sete mandamentos diante de três pessoas. Este é chamado de *Guer Toshav*, um devoto entre as nações. Sobre ele foi dito que recebe recompensa e porção no Mundo Vindouro, afinal, ele recebeu sobre si o jugo dos sete mandamentos diante de três pessoas pelo motivo que O Sagrado, Bendito seja, ordenou a Torá no Monte Sinai através de Moisés, nosso mestre. A partir de sua declaração diante três pessoas, recai sobre ele, como filho de Noach, a obrigação destes sete mandamentos. Os primeiros legisladores, como Ritva, Rambam, entre outros, esclareceram que os filhos de Noach precisam receber a renovação do jugo destes mandamentos devido que, o Sagrado, Bendito seja, abriu mão de julgá-los, como foi explicado no Talmud, Tratado de Baba Kama, folha 38a. Nossos rabinos esclarecem que em razão dos sete mandamentos não serem importantes para eles, para seu bem, O Sagrado, bendito seja, abriu mão de julgá-los (vide art.). Aprende-se daqui a necessidade dos filhos de Noach receberem sobre si os sete mandamentos diante de três pessoas em todas as gerações que seguem, para que estes sejam novamente considerados e passíveis de julgamento pelo Tribunal. O Ritva, no Tratado de Macot, folha 9a, ensinou que existem três nomenclaturas ou graus diferentes de julgamento dentro das nações. O primeiro deles é o *Guer Toshav* e o segundo são os *Bnei Noach* que ainda não receberam sobre si os sete mandamentos diante de três pessoas e portanto, são definidos como aqueles que não são obrigados e fazem. É importante lembrar que foi ensinado no Talmud, Tratado de Kidushin, folha 31a, que é maior a pessoa que é ordenado e faz do que aquele que não é ordenado e faz. Doravante, somente quando eles recebem sobre si estes mandamentos diante de três pessoas é que eles são considerados obrigados a isso e definidos como *Guer Toshav*. E assim é com os filhos de Noach que receberam sobre si o jugo de seus mandamentos tornando-se obrigados à eles novamente pelo motivo que foram ordenados no Monte Sinai através de Moisés, nosso mestre. O terceiro é o idólatra, que não é obrigado aos mandamentos, pois mesmo se fosse, não os guardaria. E investigaram nossos *acharonim* (“legisladores recentes”), como Chazon Ish, Griz, entre outros, se os filhos de Noach recebem uma alma nova tornando-se uma nova criatura à partir do recebimento do jugo dos sete mandamentos diante de três pessoas ou será que após o recebimento dos sete mandamentos, ele retorna ao status de *Bnei Noach* como antes do Sagrado, Bendito seja, abrir mão dos sete mandamentos? O Chazon Ish, por exemplo, escreveu sobre o Tratado de Baba Kama, folha 38a, que a sentença de *Guer Toshav* não é algo novo, senão que a pessoa elevou-se ao status de *Bnei Noach* como antes do Sagrado, Bendito seja, abrir mão destes mandamentos, no mesmo grau de quando os filhos de Noach foram ordenados sobre eles por Moisés, nosso mestre, no Monte Sinai. Deste modo, é esclarecido que as leis foram renovadas para o *guer toshav*, isso é, as sete leis recebem uma nova importância e elevação. Existe uma investigação que deve ser feita à respeito desta sentença. Levanta-se a questão se essa sentença refere-se somente às sete leis que pertencem a eles ou se eles recebem sobre si também o jugo de outros mandamentos, tal qual o *guer* (“convertido”) que está em processo de conversão que deve receber sobre si o Shabat completo, todas as festas e grande parte das mitzvot que são obrigatórias para Israel. E também discutiram os explicadores se o *Guer Toshav* pode recuar e negar estes mandamentos após receber sobre si o jugo deles, isso é, se após o recebimento ele abandonar os mandamentos e seguir outra crença, ele ainda continua obrigado aos mandamentos ou novamente, o Sagrado, Bendito seja, abrirá mão da recompensa deles? Há discussão entre os explicadores. À priori, a sentença depende de como definimos o *Guer Toshav*. De acordo com Chazon Ish, ao abandonar os mandamentos, ele retorna ao status original e perde sua recompensa, enquanto o Griz, conforme o Rambam, escreve que ele não pode recuar e estará para sempre sob o jugo dos sete mandamentos. Será que é possível dizer que para todos os legisladores a pessoa que recuou e abriu mão dos mandamentos também estará abrindo mão da recompensa?

Há quem diga que, em relação as transgressões que ela deixou de fazer, ela receberá recompensa, pois ela não tem como recuar após o recebimento destes mandamentos diante de três pessoas. E ainda, há também uma grande discussão em relação ao Shabat para o *Guer Toshav*. Nossos rabinos questionaram (Talmud, Tratado de Kitrut, folha 9a) se ele precisa guardar o Shabat como Israel. E perguntaram se estará ele obrigado no mesmo mesmo grau de responsabilidade que Israel sobre outros mandamentos da Torá. Veja até onde se estende a discussão de nossos rabinos sobre o status de *Guer Toshav* e suas obrigações. O Rashi explicou sobre o Talmud, Tratado de Ievamot, folha 48b, que o *Guer Toshav* é ordenado à guardar o Shabat assim como Israel, pois profanar o Shabat é como a proibição de IDOLATRIA. Há quem discuta com isso, como o Tossefot. É preciso esclarecer que, pelo Rashi, o *Guer Toshav* recebe o status de convertido e desta forma, ele se obriga também ao Shabat. Existe uma precisão no Rashi que o *Guer Toshav* é considerado como se ele fosse recebido nas asas da *Shekinah* ("Presença Divina") à partir do primeiro momento que ele recebeu do jugo dos sete mandamentos diante de três pessoas, pois isso é como uma conversão, afinal, o recebimento do jugo da vontade do Criador, Bendito seja, é um dos princípios do mundo (Shulchan Aruch, Iorê Deah, artigos 2 e 3). Isso significa que a pessoa precisa receber sobre si o jugo dos mandamentos divinos para completar com seu objetivo neste mundo. Outros legisladores escreveram que, ainda que o *Guer Toshav* seja considerado como um filho de Noach, de qualquer forma, se no momento do recebimento dos sete mandamentos diante de três pessoas ele também recebeu outros mandamentos sobre si, como guardar o Shabat, agora ele está obrigado a este mandamento da maneira como a Lei Judaica determina. Mas há quem discuta com isso. Pela luz do que foi analisado em Maguen Avraham e outros explicadores, o *Guer Toshav* é considerado como se fosse parte da unidade de Israel e assim, ele não está isento do Shabat, mas ao contrário, ele está obrigado com todos os mandamentos de Shabat, mesmo que não tenha recebido sobre si estes mandamentos.

§ 28º. Nossos rabinos ensinaram (Talmud, Tratado de Avodah Zarah, folha 64b) sobre a definição de *Guer Toshav*. Afinal, quais são os mandamentos que ele recebe sobre si para que seja considerado um *Guer Toshav*? Assim ensinou Rabi Meir: 'O *Guer Toshav* recebeu sobre si diante de três pessoas não fazer IDOLATRIA.' e os nossos Sábios disseram: 'Todo aquele que recebeu sobre si os sete mandamentos de Noach é chamado *Guer Toshav*.' E outros rabinos disseram: 'Eles ainda não alcançaram o status de *Guer Toshav*, senão que, aquele que recebeu sobre si todos os mandamentos da Torá, com exceção de ingerir animal *kasher*, este sim é chamado *Guer Toshav*.' - Essas são as três definições para o *Guer Toshav*. Como está explícito na Torá: "Para o estrangeiro que estiver nos seus portões, dê a ele o que comer." - Em relação ao vinho, é sabido que o não judeu não pode abrir uma garrafa de vinho para dar de beber ao judeu. assim como o judeu não pode ter proveito do vinho de um não judeu e todos concordam que basta para o não judeu receber sobre si não fazer idolatria para que se permita, pela Torá escrita, que o judeu possa beber o vinho do *Guer Toshav*, enquanto que pelos nossos rabinos, mesmo neste caso é proibido. E a conclusão dos rishonim, que são como anjos, é que o filho de Noach receba sobre si os sete mandamentos diante de três rabinos - este é o caminho do meio. Porém, existe uma discussão sobre as outras leis para *Guer Toshav*, como por exemplo se ele tem permissão de viver na terra de Israel. Neste caso o filho de Noach deve receber os sete mandamentos ou é suficiente para ele receber sobre si o mandamento de não fazer idolatria? Três coisas foram discutidas no Talmud, Tratado de Avodah Zarah, folha 20a, onde é ensinado que não é permitido encontrar graça nos olhos dos idólatras ou presentear-los. Também não é permitido ajudá-los à viver em Israel. Agora, isso é para os idólatras, enquanto que o *Guer Toshav* está permitido pela Torá escrita para viver em Israel. Há quem discuta com isso e diga que mesmo para o *Guer Toshav* não é dado preferência ou auxílio para que comprem parte na terra de Israel.



§ 29°. **SOBRE OS OUTROS MANDAMENTOS DA TORÁ.** O filho de Noach que faz os mandamentos da Torá para além de suas obrigações, recebe recompensa por isso. Agora, há quem diga que os mandamentos de Israel não pertencem de nenhuma maneira para o filho de Noach, de modo que a recompensa para eles são daqueles mandamentos racionais, mas não dos mandamentos que não podem ser compreendidos pela lógica. Veja o Rambam, Leis de Reis 10:10, onde foi esclarecido sobre quais mandamentos os filhos de Noach são acusados de roubo, são elas: 1) Guardar o Shabat integralmente; 2) Ter um Pergaminho da Torá em sua posse; 3) Usar Tefilin; 4) Fixar uma mezuzah.

---

§ 30°. **A OBRIGAÇÃO DE ISRAEL FRENTE AOS MANDAMENTOS NOÉTICOS.** Há quem diga que um cego, um surdo e uma criança podem ser instruídas para cumprir com os sete mandamentos de Noach, mesmo que não estão obrigadas no nível dos mandamentos que foram ordenados para Israel. Agora, há quem diga que mesmo uma pessoa desconectada com este mundo, assim como essas três, não estão obrigadas com os mandamentos de Noach, tampouco com os mandamentos de Israel. Não há relação entre o filho de Noach e uma criança, um cego ou um surdo, pois o filho de Noach não está desconectado do mundo e, assim como Israel, também detém capacidade e sabedoria para aprender e cumprir com os seus respectivos mandamentos, enquanto que o cego, o surdo e a criança estão desconectadas do mundo e não detém capacidades suficientes para cumprir com quaisquer mandamentos. O Rema e o Terumat Hadeshen são aqueles que trazem a novidade de instruir a criança, o cego e o surdo aos sete mandamentos dos filhos de Noach, porém, o Maguen Avraham, Taz, Ragbaz, Rosh, entre outros legisladores, dizem que não há conexão para isso.

---

§ 31°. **A FORÇA DE UM REI EM ISRAEL PARA PUNIR OS BNEI NOACH.** Há quem diga que o rei de Israel tem força para julgar e punir assassinos e ladrões, mesmo que o Tribunal não penalize a pessoa. O livro Chemdat Israel ensina que o rei de Israel tem permissão para acrescentar à Lei Judaica e julgar com rigor excessivo em casos de necessidade para uma época específica, por diplomacia com os outros povos. Assim, o rei de Israel pode julgar se um filho de Noach está cumprindo com seus mandamentos ou não, sendo permitido para ele o rigor em determinada lei para adquirir o respeito dele - e mesmo o Tribunal tem permissão para isso, adotando uma cerca para a Torá por um período específico em casos de extrema necessidade.



[www.minhavidortodoxa.com](http://www.minhavidortodoxa.com)